

EAAD'25

Vincenzo Riso

OPÚSCULO 4

DEPOIMENTO

Vincenzo Riso

EAAD'25

Contributos para a história dos primeiros
25 anos da Escola de Arquitetura,
Arte e Design da Universidade do Minho

OUTUBRO 2023

Memória descritiva do mandato de Presidência da EAUM 2012-2015

Agradeço ao Presidente da EAAD, Prof. Paulo Cruz, o convite para olhar em retrospectiva o caminho que percorremos ao longo dos quase 27 anos de atividade da nossa unidade de ensino e investigação. Embora se trate de um trajeto delineado com base num planeamento institucional de longo prazo específico, de facto este foi sendo ajustado e assim determinado em conjunto através da soma das intenções e ações de todos quantos integraram a Escola durante este período. Isto não significa, evidentemente, que se esqueçam as diferenças de importância e de extensão dos papéis desempenhados individualmente, mas apenas que se tratou de um caminho feito caminhando e por um caminhar, por vezes não absolutamente retilíneo, mas incontornavelmente coletivo. Dada esta sua natureza plural e polivalente, talvez agora com base na dimensão temporal que já alcançou, poderá ser melhor observado na totalidade do trajeto e suas várias etapas. Facto esse que não tem apenas valor em si mesmo, mas, sobretudo, em relação à escolha das direções para a sua orientação futura.

Assumindo como base a exatidão e o carácter exaustivo do registo das etapas de desenvolvimento testemunhado pelo texto do Prof. Paulo Cruz, o meu depoimento tenta, em especial, interpretar o período específico durante o qual estive à frente da Presidência da Escola no contexto global destas duas décadas e meio da sua construção.

O meu envolvimento no órgão máximo de gestão da Escola derivou da imprevista interrupção do mandato para o triénio 2010-2013 do Prof. Paulo Cruz, aquando da sua nomeação como vogal executivo do conselho de administração da Fundação Cidade de Guimarães, a qual foi responsável pela organização do evento Guimarães 2012 Capital

Europeia da Cultura. Em virtude da surpresa que em mim causou o facto de ser chamado para dirigir a escola durante o mandato 2012-2015, eu não tinha, na verdade, preparado uma proposta canónica de candidatura e um correspondente plano de ação, mas estava consciente das questões prementes e também dos princípios disciplinares sobre os quais nos poderíamos basear para resolver as mesmas.

Já na altura em que tomei posse como presidente, em agosto de 2012, sublinhara publicamente que a constituição de um centro de investigação próprio se havia tornado uma questão urgente quer no que diz respeito à capacidade funcional, como ao posicionamento científico e disciplinar, precisamente decorrente de aquela que tinha sido a evolução da nossa micro-história até aí.

Na altura da fundação, herdámos dos mestres da Faculdade de Arquitetura do Porto, que a integraram, a chamada cultura de projeto (de arquitetura) e a correspondente prática pedagógica baseada no método de ensino laboratorial de atelier. Em 2012, tinham decorrido cerca de quinze anos de experiência de aplicação e reflexão sobre estes princípios e métodos. Então, considerando também o alargamento à área disciplinar da cidade e do território já atingido e os primeiros passos dados na área de design de produto e artes plásticas, impunha-se à nossa unidade de ensino e investigação uma reflexão específica sobre os âmbitos assim ampliados de aplicação da mesma Cultura de Projeto. Por um lado, tratava-se de continuar a cultivar a especificidade disciplinar da Arquitetura, que, pela sua natureza, necessita de internamente catalisar contribuições e orientações externas e variáveis, a fim de obter as soluções adequadas e assim gerar novo conhecimento. Por outro lado, tratava-se também de reconhecer que, implicitamente, a Cultura de Projeto, (tal como acontece de modo explícito com a Cultura Científica) necessita de metodologias escrupulosas, ocupa-se de problemas complexos, trabalha com processos de modificação, estuda as interações e as consequências das soluções imaginadas,

e ainda se responsabiliza pela difusão dos achados. Em suma, o desafio que tínhamos pela frente era a elaboração de um plano pluridisciplinar de atividade científica focado nas mais recentes dinâmicas do pensamento e das práticas relativas ao ambiente construído. Traduzido em termos operacionais, estávamos perante a ideia de um centro interdisciplinar e, portanto, também ‘inter-unitário’, quer dizer, com o envolvimento de diferentes unidades de ensino e investigação da UMinho. Nesta altura, acolhendo a ideia o Vice-Reitor para investigação, Prof. Rui Vieira de Castro, coordenou uma nossa ligação inicial com a Unidade de Arqueologia do ICS, a partir da qual se seguiram outros contactos com o Departamento de Geografia e de História e ainda com Instituto de Ciências da ECUM. Constituiu-se, assim, em outubro de 2013, o grupo de trabalho composto pelos Profs. Jorge Correia, Paulo Cruz, Paulo Freire Almeida e eu mesmo como representantes da EAUM, e como representantes do ICS os Profs Arnaldo Sousa Melo, José Meireles e Manuela Martins, tendo esta última assumido igualmente o papel de coordenadora. A proposta de candidatura lacrada para Avaliação de Unidades 2013 do FCT foi baseada na articulação interdisciplinar das áreas científicas de Arqueologia, Arquitetura e Urbanismo, Artes Visuais, Design, Geografia, Geologia e História, ou seja, na convergência do “interesse comum pelo estudo do território, suas paisagens e património, compreendidos como expressões materiais, espaciais e culturais das sociedades ao longo do tempo”. Após a aprovação e do primeiro financiamento em 2015, e graças ao trabalho de quem o dirigiu desde então e de quem nele se envolveu em todos os diferentes papéis de co-coordenação de grupos, produção científica, e administração, hoje o Lab2PT adquiriu uma identidade científica própria e obteve reconhecimentos dos mais significativos pelas suas atividades e, do ponto de vista interno da nossa Escola, funciona como uma estrutura agregadora que, a partir da sua marca territorial fundadora, se organiza de forma aberta para acolher toda

uma variedade de temas de investigação que, justamente, ultrapassa em muito o âmbito dos estudos territoriais.

Como exemplificação das etapas que marcaram a procura de uma ideia própria de escola, que certamente encontra parte da sua originalidade no acolhimento de uma visão científica disciplinar também aberta sobre as questões do território e da paisagem, gostaria de recordar dois factos ocorridos, que apesar de fortuitos, foram emblemáticos do próprio reconhecimento externo da Escola. O primeiro corresponde à doação do espólio bibliográfico do professor Nuno Portas, isto é, de toda a coleção de livros e revistas de arquitetura e urbanística que o professor, e também doutor honoris causa pela Universidade do Minho, foi construindo ao longo da sua vida. Tratou-se em concreto de cerca de 3500 monografias e de 2000 fascículos de revistas que nos foram oferecidos. Embora este seja, obviamente, o panorama parcial de um universo disciplinar, considerando também as determinações apaixonadas do seu artífice, adquirimos assim uma representação estruturada daquela que, ao longo de muitas décadas, se tornou o paradigma de literatura no âmbito da crítica cultural, da investigação, da arquitetura, do urbanismo, das políticas da habitação e da cidade, sendo possível encontrar aí boa parte dos ensaios de referência dos autores que protagonizaram debates nacionais e internacionais, nos quais o próprio Nuno Portas se envolveu profissional e cientificamente. De facto, um corpo de matéria científica que evidentemente veio constituir um contributo precioso para muitas das nossas atividades de formação e investigação. Ainda mais quando se considera que, para uma Escola ainda relativamente recente como a nossa, este último se tenha constituído como um património de memória científica e cultural de outra maneira inalcançável, sendo que a dotação de uma coleção com longa extensão temporal é um fator determinante para a 'riqueza' de uma biblioteca. Assim, a nossa biblioteca recebeu o seu nome. Em 2015, ainda no âmbito

do mesmo mandato de presidência, também o Professor Jacques Gubler nos doou os seus livros, motivando o seu gesto como — palavras suas — “a move in form of ‘Wahlverwandschaft’ a move in ‘affinità elettiva’: indeed a true exchange!”. A este respeito, fica aqui também registado o nosso grato reconhecimento ao colega Prof. André Tavares, há muito amigo de Jacques Gubler, pela forma como o ‘aproximou’ da nossa Escola e da nossa Biblioteca. Adquirimos, então, um conjunto de mais de 1500 referências integrando documentos que testemunham os 15 anos que Jacques Gubler trabalhou na direção da revista internacional *Casabella*, bem como a preparação das suas aulas de história da arquitetura lecionadas em Lausanne, Genève, Mendrisio, Filadélfia e New Jersey. Por outro lado, gostaríamos de destacar um número relevante de documentos decorrentes dos textos e livros que escreveu sobre a história urbana da Suíça e sobre autores que protagonizaram a arquitetura do século xx desde os seus primórdios. Com os livros de Nuno Portas, primeiramente, e, depois, de Jacques Gubler, o catálogo da BNP passou, então, a ser uma referência a nível nacional.

Um segundo facto que, de forma simbólica, nos ajudou ao longo daqueles anos a encontrar o nosso próprio posicionamento disciplinar foi o programa de atividades com base no qual obtivemos o financiamento associado à Cátedra Lloyd Braga de 2014, atribuído pela homónima fundação da UMinho, a saber: a produção da exposição de fotografia “Lacaton & Vassal: Duas Obras (a Escola Nacional Superior de Arquitetura de Nantes e o Fundo Regional de Arte Contemporânea Nord-Pas de Calais)” da autoria de Paulo Catrica com acolhimento no CAAA de Guimarães; o workshop “Metamorfoses” liderado por Jean-Philippe Vassal sobre a reabilitação urbana da Fábrica Trinco e da Garagem Avenida em Guimarães; e, ainda, a Aula Aberta da Cátedra Lloyd Braga 2014 atribuída a Lacaton & Vassal, que decorreu no dia 31 de Outubro de 2014 no enquadramento das Comemorações do 18.º Aniversário EAUM. Como eu

próprio tive o privilégio de poder sublinhar no discurso de introdução para a ocasião, o trabalho exemplar da dupla Lacaton & Vassal (também depois prestigiado com a atribuição do prémio Pritzker 2021) leva-nos a considerar que os principais desafios da sociedade contemporânea dizem respeito à cultura da observação, interpretação e transformação do ambiente existente. A questão crucial é, tal como Lacaton & Vassal insistem em fazer, olhar para o existente sob uma nova luz a fim de revelar e exaltar as suas inerentes características, qualidades e possibilidades. Da nossa parte, adotamos constantemente o princípio de observar as coisas de perto e com precisão enquanto prática inerente ao desenho como passagem caracterizante de todos os nossos planos de estudos, tanto de arquitetura, como de arte e design. E o próprio facto de estarmos cultural e materialmente preparados para esta modalidade de trabalho acresce a responsabilidade na resposta à necessidade local e global de elaborar projetos que, em diversos âmbitos de aplicação e em diversas escalas de intervenção, cuidem do que já existe.

Debrucei-me especificamente sobre os conteúdos que entendemos confrontar no âmbito da Cátedra Lloyd Braga enquanto representativos da missão que a partir da constituição do Laboratório de Paisagens Património e Território (Lab2PT) nos propusemos fazer para integrarmos as linhas de investigação com as linhas de ensino na nossa unidade orgânica. E é também verdade que, desde os primeiros anos de atividade da Escola, o território e a realidade socioeconómica do contexto no qual esta se insere sempre foram assumidos como alvos de análise e de proposta de aplicação prática dos nossos exercícios de estudo. Estamos obviamente conscientes de que a academia é apenas um potencial participante no que respeita às transformações do ambiente construído, uma vez que são outras as entidades responsáveis pelas ditas transformações, seja a nível governamental, político e económico. Assim, conscientes dos nossos limites de intervenção, mas também da nossa capacidade e autonomia científica e

cultural, procuramos ocasiões para exercer um papel ativo neste âmbito, que podemos chamar de ‘confronto com a realidade’. Tem precisamente enquadramento nesta visão ampliada de interação com a sociedade a missão operativa de realização material de projetos que possam convergir com o nosso Centro de Estudos. Aqui, tal como aconteceu na vertente de ensino, apoiámo-nos inicialmente num modelo já ensaiado e validado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, que depois tornámos nosso através da prática até ganhar identidade autónoma. Se em 2009 o projeto de requalificação urbanística da Praça do Toural e Alameda de São Dâmaso, em Guimarães, coordenado pela Prof. Maria Manuel Oliveira, foi a oportunidade de arranque, em 2014 e 2015 iniciaram-se mais dois projetos de relevo absoluto e de importância estruturante para o Centro de Estudos, nomeadamente, o projeto de Conversão e Valorização do Convento de São Francisco de Real em Braga, igualmente coordenado pela Prof. Maria Manuel Oliveira, e o projeto de requalificação do Centro Cívico da Vila das Taipas, coordenado pela Prof. Marta Labastida. Projetos que, dada a sua complexidade, ainda estão em completamento e que assim estabeleceram para o CE uma continuidade de atividade que também permitiu acolher muitos outros projetos relevantes. Estes últimos parecem assegurar alguma continuidade, evidentemente considerando também o aumentado potencial operativo decorrente do alargamento da Escola às áreas disciplinares de Design, primeiramente, e de Arte, posteriormente.

Aproveito ainda a ocasião para expressar a minha gratidão pela relevante participação que a Prof. Ana Luísa Jardim Rodrigues (também presidente do Conselho Pedagógico) e o Prof. Paulo Freire Almeida tiveram no mandato de Presidência 2012-2015 na qualidade de vice-presidentes. Antes de mais, pela forma solidária com a qual se envolveram na definição de uma ação comum e, ainda, pelo modo de concretização das suas tarefas e respetivos efeitos. Entre outras concretizações, saliento a

obtenção da primeira acreditação A3ES do plano de estudos Miarq, em fevereiro de 2014, sob a coordenação da vice-presidente Ana Luísa Jardim Rodrigues e a primeira submissão A3ES do plano de estudos da nova licenciatura em Artes Visuais realizada sob a coordenação do vice-presidente Paulo Freire Almeida. No primeiro caso, tratou-se de consolidar e dar seguimento ao projeto pedagógico desenvolvido desde o arranque do curso de arquitetura. Relativamente ao segundo, tivemos, naquele momento, necessidade de imaginar os princípios orientadores para uma coerente integração de um curso no ramo das artes plásticas/visuais. Tal correspondeu a um percurso cuja definição foi progressiva. Especificamente no CC de 15 de janeiro de 2014, com base nos resultados dos trabalhos da Comissão Instaladora da Oferta Educativa em Artes Plásticas (também detalhadamente referida no depoimento do Prof. Paulo Cruz), foi criado um grupo de trabalho pelos elementos do grupo de Desenho: Paulo Freire Almeida, Carlos Corais, Natacha Antão e Miguel Duarte. De salientar que foi, entretanto, mantida, a título de consultoria, a relação com os elementos da comissão anterior Gabriela Vaz Pinheiro, Nuno Faria e Joaquim Vieira. Coube a este grupo de docentes de Desenho cuidar da finalização da proposta efetiva do novo curso de Licenciatura em Artes Visuais, bem como da sua formalização para aprovação pelos órgãos da UM e da A3ES. Em suma, a estratégia adotada foi de reconhecer no caráter distintivo da experiência já adquirida da cultura de projeto um plano de continuidade adequado. Quer dizer, apostou-se na ideia de base de que, ao colocar-se numa realidade, seja qual for a escala e o âmbito, por meio das suas formas e materiais, a prática de projeto estabelece-se tanto quanto dispositivo privilegiado de aprendizagem como dispositivo de produção de hipóteses de realização. Quando em abril de 2015 recebemos o parecer não favorável à acreditação do curso proposto por parte da Comissão de Avaliação Externa em razão da observação de não existirem docentes nem infraestruturas

suficientes, e o programa ser demasiado ambicioso e pouco claro, foi apresentada uma pronúncia a enviar à A3ES, na qual se explicava em pormenor o compromisso assumido pela Reitoria face à contratação de novos docentes (da área disciplinar de Artes), bem como os trabalhos (em parceria com a Câmara Municipal de Guimarães) de preparação da sede do curso na Garagem Avenida. Ainda a mesma pronúncia recusava a observação feita de que o programa de estudo era pouco claro, remetendo para os detalhes ilustrados nas fichas das UCs.

O trabalho desenvolvido no sucessivo mandato de presidência resultou na acreditação do curso LAV no ano de 2017.

Ao revermos o desenvolvimento da Escola como articulação de diversos empreendimentos, acautelados por diferentes mandatos de gestão (Presidência, Conselho Científico, Conselho de Escola e o agora extinto Conselho de Gestão), gostaríamos, ainda, de assinalar o percurso de formação do pessoal docente iniciado em 2004 e cuja etapa final se dá em 2014. Naquele momento havia ainda sete doutorandos internos (i.e. assistentes) a terminar os seus trabalhos para a obtenção do grau de Doutor; segundo o previsto no regime transitório do ECDU, o direito à contratação imediata como Professor Auxiliar após entrega da tese, viria a terminar a 30 de agosto de 2015. Cada um dos doutorandos tinha direito a usufruir pelo menos de um ou dois semestres de licença de serviço para o efeito, mas evidentemente todos estes casos tiveram um impacto significativo sobre a distribuição de serviço do ano letivo a iniciar. Felizmente, com a vontade de todas as partes envolvidas, isto é, os doutorandos interessados, os órgãos de gestão da Escola e a Reitoria, combinando uma cota de dotação extraordinária com negociações e acertos individuais, conseguiu-se alcançar um equilíbrio viável seja para a execução regular do serviço docente, seja para um tratamento de equidade entre todos e, assim, evitar o perigo de perda repentina de docentes de quadro.

Ainda no que diz respeito ao pessoal docente, durante o mandato 2012-2015, foi dada continuidade ao plano de progressão na carreira dos docentes com lançamento e execução de dois concursos para professores associados na área disciplinar de arquitetura (Editais 1039/2013 e 351/2014) e um para professor associado na área de desenho (Edital 6012016), bem como dois lugares para assistentes de design (Edital 271/2013). Tendo em conta o crescimento implementado e previsto da escola, foi necessário, ao mesmo tempo, trabalhar para estabilizar e aumentar o pessoal não docente através de dois concursos específicos (Aviso 12152/2013 e Aviso 11834/2013).

Também decorrente da conclusão do plano de formação de docentes, no ano de 2015 o Conselho de Escola elaborou e apresentou para aprovação dos órgãos institucionais uma revisão do Estatuto (da Escola), na qual entre outros acertos pontuais, foram definidas a missão e as formas de funcionamento do Centro de Estudos, para além da alteração da composição do Conselho Científico. De facto, até aquele momento este órgão era composto pela totalidade dos professores e investigadores doutorados constantes no quadro de docentes de carreira; com a conclusão do plano de formação de docentes e com o ampliamiento das áreas disciplinares o número chegou perto dos 30, implicando assim uma complexidade de funcionamento, que se achou oportuno resolver limitando a composição do mesmo órgão a onze membros. Este ponto é interessante, porque aqui passamos da forma de participação colegial direta, que tinha caracterizado o funcionamento da Escola desde os primórdios, para uma forma colegial representativa. Isto, apesar de necessário, não deixou de constituir uma perda; para compensar a dita perda, optou-se por aquilo que entendemos ser o modelo de eleição mais inclusivo e adequado à dimensão da Escola, ou seja, o modelo de eleição nominal em que cada eleitor vota um número de elementos correspondente ao número de representantes efetivos. De acordo com

o necessário processo de aprovação, estes novos estatutos foram publicados no Diário da República, 2.^a série, n.º 98 de 21 de maio de 2015.

Naquela constante sobreposição de linhas operativas de longo curso e questões mais quotidianas que necessariamente caracterizam o trabalho de gestão, considero ainda uma escolha apropriada o facto de o Conselho Científico EAUM ter reiteradamente declinado a proposta que entre outubro de 2012 e Abril 2013 o Reitor Prof. António Cunha nos apresentou para a passagem da Licenciatura em Design e Marketing de Moda da alçada da EEUM para a da EAUM; implicando esta também a integração na EAUM de cerca de uma dezena de docentes e investigadores do Departamento de Engenharia Têxtil (DET). Comento isto não apenas em razão da, desde logo evidente, pouca afinidade dessa área temática com aquelas afetas à nossa Escola, mas também considerando aquela que seria, à luz da atual imputação direta às UOEI dos custos decorrentes dos ordenados do próprio pessoal docente, a carga económica que poderia estar associada àquela hipótese.

Outra questão que exigiu atenção e energia durante esse mandato presidencial, a fim de evitar efeitos colaterais não produtivos, foram as primeiras utilizações do Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Docentes da Escola de Arquitetura. Já durante a fase de elaboração do RAD/EAUM, depois homologado em 2011, o CC havia tido em conta a grande dificuldade de enquadrar a produção didática, científica/artística e de gestão do campo disciplinar da arquitetura em parâmetros quantitativos de medição. Por esta razão, se havia já procurado introduzir, desde a definição inicial desta ferramenta, mecanismos que viessem ao encontro do adequado reconhecimento das especificidades disciplinares das áreas de arquitetura, design e desenho. Dito de outra maneira, fazer com que fosse legitimamente considerada toda a produção derivante da flexibilidade interpretativa e da liberdade de abordagem, que é característica inerente à cultura do projeto de cariz artístico.

Apesar disso, aquando da aplicação para os triénios 2008-2011 e 2012-2014 do RAD/EAUM surgiram algumas incoerências que pareciam prejudicar indevidamente alguns docentes. Para além da vontade de melhorar estes pormenores em futuras candidaturas, mas também, de um modo geral, de atenuar os efeitos da competição induzida entre colegas em detrimento da autenticidade da colaboração que estes mecanismos provocam, o Conselho Científico trabalhou bastante numa revisão do regulamento em questão, obviamente sempre considerando, em paralelo, a necessidade de responder às normas superiores da Reitoria e da lei. Este foi posteriormente homologado e publicado através do Despacho RT-21/2015 de 27 de março de 2015. Como nota pessoal, e também testemunhado pelo fato de todas as decisões inerentes terem sido tomadas por maioria, foram igualmente registadas em atas várias declarações de votos que explicitam a existência de uma fundamentada crítica aos princípios que o RAD/2015 ainda implementava; pela minha parte, gostaria de acrescentar que sempre assumi o carácter eventualmente contraditório e/ou vago da linha de ação escolhida, que apenas tentou mitigar os efeitos colaterais de um padrão de contabilidade quantitativa das atividades, sem procurar um paradigma de avaliação alternativo. Mas também acrescento que, tal como informei o CC naquela altura, no seio da discussão institucional das reuniões entre Presidentes de UOEI e Reitor, as únicas Escolas, para além da EAUM, que levantaram questões quanto a traduzir o trabalho académico em números, foram a Escola de Direito e o Instituto de Ciências Sociais. E que quando, tal como aconteceu em 7 de maio de 2015, neste contexto o Reitor acordou fazer uma verificação entre todas as UOEI, apenas a EAUM se pronunciou a favor de desencadear um processo de alteração da posição da Universidade relativamente aos princípios em questão. Pareceu-me oportuno pormenorizar um pouco a estas questões, as quais permanecem relevantes ao nível da nossa Escola, da nossa Universidade e também do debate nacional e Europeu, onde em várias

áreas da ciência se tentam ensaiar formas de ultrapassar a retórica da “research production excellence” com a ideia alternativa de “research quality soundness”.

Obviamente, durante o meu mandato de Presidência também houve iniciativas menos bem-sucedidas; refiro-me, entre outras, ao caso do plano de remodelação das caves da Escola. Poderá ser redundante, mas, à laia de esclarecimento, relembro que aquele que é o atual edifício da EAAD corresponde à primeira fase de execução do projeto original da autoria de Fernando e José Bernardo Távora, estando ainda prevista, numa segunda fase de construção, de mais um volume semienterrado junto do seu atual lado oeste, sempre com orientação paralela à estrada interna do campus. Contudo, após a conclusão da primeira fase, em 2004, a segunda, que deveria completar o conjunto, nunca foi iniciada. No entanto, precisamente entre 2012 e 2015, numa posição interposta entre aquilo que deveria ter sido o volume da segunda fase e a rua interna do campus, foi construído o edifício do Instituto para a Bio-Sustentabilidade (IBS). Todo o agregado dos volumes a realizar nas duas fases deveria, assim, definir um embasamento semienterrado de dois pisos de altura; ou seja, uma cave semienterrada a ser utilizada como parque de estacionamento. Mas, uma vez que esta não foi concluída, a parte da cave correspondente à primeira fase também ficou inacabada e, portanto, sem utilização. Face a esta situação, em 2015 desenvolvemos internamente um projeto de remodelação da parte existente, o qual foi coordenado pelo Prof. Elisiário Miranda. Considerando a difícil concretização da segunda fase do projeto original, o projeto de remodelação visou a recuperação do volume já construído, mas inacabado, para utilização como espaços adicionais (letivos, laboratoriais e administrativos), numa visão global das instalações supostamente correspondente ao crescimento institucional da Escola e considerando também a existência complementar das instalações do Instituto de Design e da Garagem Avenida. De acordo com o critério ordenador do projeto original, também a estruturação

espacial da proposta programática de remodelação das caves foi baseada na centralização das circulações e espaços de apoio ao longo do eixo norte-sul e na organização de espaços oficinais nas áreas originalmente construídas como estacionamento. Com conhecimento do Conselho Científico, este plano de conclusão do existente foi aprovado em reunião de Conselho de Escola a 22 de abril de 2015, pedindo-se, em seguida, que fosse integrado pelas instâncias superiores no Plano de Investimento Infraestrutural “UMinho 2020”, a ser preparado pela Reitoria, e sobre o qual a própria EAUM tinha sido convidada a apresentar as suas prioridades. No entanto, nos anos seguintes, outras prioridades e limitações intervieram, de modo que apenas o encerramento do volume, na extremidade aberta em *pilotis* ao nível da cave do lado sul, pôde ser realizado. Por conseguinte, o tal projeto de 2015 está agora ultrapassado, mantendo-se as partes inacabadas do edifício vazias e com um aspeto ‘tosco’, o que, também simbolicamente — na minha opinião — é um desafio aberto para o futuro da EAAD.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de deixar aqui uma nota de pleno reconhecimento, em virtude do espírito de colaboração e partilha, dirigida, para além de Ana Luísa Jardim Rodrigues e de Paulo Freire Almeida, que integraram a equipa de Presidência no mandato 2012-2015, à Secretaria da Escola na pessoa da Dra. Carolina Pires, assim como às funcionárias Dra. Lucinda Oliveira e Dra. Maria José Oliveira, ao funcionário Dr. Ricardo Saraiva e ao Técnico José Carlos Freitas. Agradeço igualmente aos colegas Profs. Eduardo Fernandes e Elisiário Miranda que durante aqueles anos regeram a direção do Miarq e aos colegas Ferrie van Hattun e Bernardo Providência que de modo correspondente foram responsáveis pela direção da Licenciatura em Design de Produto. Finalmente, agradeço às e aos colegas professoras e professores pelo sentido de compromisso com que, enquanto membros do Conselho Científico e do Conselho de Escola, participaram diretamente no cumprimento do mandato.

O depoimento de Vincenzo Riso, escrito em Guimarães a 27 de outubro de 2023, foi composto pela Design by OOF em caracteres Plantin 12/14, em outubro de 2024. Este opúsculo foi impresso em risografia pelo Studio Arco Ignis, em papel Arena Ivory Rough 120g e capa em 250g, numa tiragem de 150 exemplares.

EAAD'25
Depoimento de
Vincenzo Riso

Coordenação
Paulo Cruz

Edição
Escola de Arquitetura,
Arte e Design
Universidade
do Minho

Design editorial
Design by oof

Tipo de letra
Plantin 12/14

Impressão risográfica
Studio Arco Ignis

Papel
Arena Ivory Rough
120g (capa em 250g)

Tiragem
150 exemplares

ISBN
978-989-35942-4-7

Guimarães,
outubro 2024



Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

